

**18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**

26 a 29 de julho de 2017, Brasília/DF

**GT 07 - FRONTEIRAS E DESLOCAMENTOS: O FAZER SOCIOLÓGICO NOS  
ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS**

**Comunicação**

Notas sobre "vulnerabilidade" e "proteção social" na tríplice fronteira Brasil-Peru-  
Colômbia

**Autora**

Flávia Melo da Cunha

Docente da Universidade Federal do Amazonas. Doutoranda do Programa de Pós-  
Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. Bolsista da  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

## Introdução

A primeira formulação da discussão apresentada nesse congresso nasceu da tentativa de responder às provocações de um workshop realizado pelo Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas em 2015<sup>1</sup>. Na ocasião, fui instigada a pensar sobre como categorias referentes a *espaço* eram usadas em minha pesquisa, e sobre os possíveis vínculos entre *território* e *gênero* em formas contemporâneas de produção e governo de determinadas regiões e cidades.

Em resposta às indagações, elegi como objeto de reflexão a implementação de diferentes *políticas públicas* na região amazônica do *Alto Rio Solimões*, o que tenho acompanhado em momentos e formas de participação distintas desde o ano de 2011. Meses depois, retomei algumas dessas questões para a formulação de meu projeto de doutoramento. Portanto, essa comunicação consiste em parte de um primeiro esforço de sistematização e análise de uma série de dados coletados em cinco anos de investigação no sudoeste do Estado do Amazonas (Brasil), na tríplice fronteira de Brasil-Peru-Colômbia, e reúne elementos de pesquisa etnográfica de longa duração e os primeiros resultados de minha pesquisa de doutorado.

O conjunto de políticas públicas que fornece o material empírico para essa reflexão é diverso. Em meio a trama de políticas observadas, privilegiei três áreas da atuação estatal: defesa nacional, segurança pública e proteção social. A observação dessas políticas e, principalmente, de seus atravessamentos tem me permitido notar sentidos e combinações variáveis de gênero e território em imaginações produtoras de políticas públicas no Alto Solimões.

Com efeito, os dados observados em meu estudo abrangem, de modo relacional, tanto *o território* como categoria prática do Estado-Nação em uma dimensão jurídico-política-funcional (Haesbaert, 2004), como as *territorialidades*, isto é, os processos situados de apropriação e transformação de territórios por meio de relações de poder entre grupamentos locais e *o Estado* (Godoi, 2014). É, pois, na correlação entre distintas “lógicas territoriais” (Haesbaert, 2004) continuamente atravessadas umas pelas outras que se localiza o meu objeto de estudo. Essas lógicas, estatais e não-

---

<sup>1</sup> Refiro-me ao workshop “Gênero e territórios: cidades e (algumas) fronteiras” realizado em 31 de agosto de 2015 pelo projeto “Gênero em territórios de fronteira e transfronteiriços na Amazônia brasileira” (Processo FAPESP 2013/26826-2), coordenado pelo pesquisador Jose Miguel Nieto Olívar.

estatais, configuram-se de modo compósito e são tensionadas pelas relações de poder que as constituem.

\*\*\*\*

Minha comunicação percorrerá três movimentos, multiposicionados e multidimensionais, representativos dos caminhos e fluxos perseguidos, dos encontros experimentados na pesquisa de campo e do almejado trânsito entre pontos de vista e áreas do conhecimento diferentes. Com efeito, o caminho descritivo-analítico que percorro desloca-se continuamente entre diferentes níveis de atuação, cenários e atores, eu inclusive. Como matéria-prima para a produção dos dados analisados, considere notas de campo; gravações de entrevistas, oficinas e visitas técnicas realizadas com gestores e funcionários de instituições públicas; legislação e normas de políticas públicas brasileiras; relatos autobiográficos e genealogias de habitantes da região estudada.

Assim, no primeiro movimento, apresento uma narrativa de fragmentos etnográficos composta por um enredo intencionalmente entrecruzado de pessoas, objetos, lugares e temporalidades, representando figurativamente a maneira como essas vidas entrelaçam-se a políticas públicas e territórios, e vice-versa. Minha descrição, produzida no encontro com mulheres habitantes do lugar estudado, fixa-se em uma camada micropolítica de relações que, pelo estudo de trajetórias (Bourdieu, 1986; Kofes, 2001), permite conhecer histórias de vida, relações de parentesco, trânsitos e mobilidades por diferentes lugares e territórios.

Em outra camada de relações, no segundo movimento, assumo o ponto de vista do Estado e de um certo “nacionalismo metodológico” (Schiller & Salazar, 2012), para descrever os múltiplos territórios e de políticas públicas produzidos por diferentes instituições e níveis do Estado Brasileiro no Alto Solimões durante os últimos quinze anos. Empregando a metáfora da colcha de retalhos, evoco a mesma representação imagética para descrever as diferentes e contraditórias formas de intervenção e controle produzidas pelo Estado, aparentemente homogêneas e intencionalmente unilaterais.

Inspirada pelos postulados de Wendy Brown (2010) sobre o estado como agenciamento masculino e de Veena Das e Deborah Poole (2007) sobre as margens

do Estado, movo-me na direção de um exercício de reflexão anterior<sup>2</sup> para explorar alguns deslocamentos empíricos e de ponto de vista que têm me permitido pensar os processos e as relações investigadas em percursos que não aqueles comumente evocados no estudo e na descrição das fronteiras amazônicas, de seus territórios e de suas populações. À guisa de considerações finais, analiso a potencial contribuição desse deslocamento de um ponto de vista estatal-masculinizado-espacularizado-militarizado para a construção de uma perspectiva etnográfica *generificada* do Estado na fronteira.

### **Vidas em movimentos**

Maria, já perto dos 55 anos de idade, preparava o nosso almoço com arroz, feijão e galinha – cultivados ali mesmo no seu quintal – enquanto me contava como chegou ao lugar onde vive. Por volta dos anos de 1980, acompanhada do marido e de outros casais da mesma família, deixou sua *terra natal* com a incumbência de fundar uma nova comunidade da irmandade da Santa Cruz.

A Ordem Cruzada Católica Apostólica e Evangélica (OCCA), conhecida como *Irmandade da Santa Cruz*, foi fundada em 1972 pelo missionário Irmão José Francisco da Cruz (1913-1982). Levando “a cruz e o evangelho”, vestido em trajes franciscanos, o Ir. José percorreu o Brasil e muitos países da América Latina. Chegou ao Rio Solimões e seus afluentes depois de uma longa jornada em busca da “terra sem males”. Expulso da Colômbia em 1969, chegou a Iquitos, no Peru, dois anos depois. Em 1972, o profeta retornou ao Brasil e fundou o povoado onde viveria até a sua morte, Lago Cruzador, no Rio Içá, afluente do Rio Solimões. As palavras do profeta foram bem acolhidas em muitas comunidades ribeirinhas e indígenas, por onde passou converteu centenas de pessoas, como Maria e seu esposo.

Ao chegar ao pedaço de terra designado pelo Irmão José, às margens do Rio Solimões, Maria e seus familiares – advindos de Lima, a capital do Peru – foram recebidos por um oficial das Forças Armadas do Brasil que, antes de lhes autorizar a permanência, providenciou junto a um juiz local a documentação brasileira, um novo

---

<sup>2</sup> Refiro-me ao artigo “Gender, narratives and perspectives: notes toward an anthropological understanding of government on the border between Brazil, Peru and Colombia” produzido em parceria com Jose Miguel Nieto Olivar (Olívar & Melo da Cunha, 2017, no prelo).

sobrenome e, dessa maneira, “legalizou” a permanência do grupo em território brasileiro. Nacionalizados pelo oficial militar e pelo juiz, os Assis “plantaram a cruz” e se dedicaram ao cultivo da terra onde nasceram seus filhos e netos.

Hoje, cerca de 30 famílias e 500 pessoas compõem a comunidade que, embora localizada no município de Benjamin Constant, se estende para muito além de seus limites. Com relativa frequência, parte dos homens e mulheres adultas se desloca a outras cidades e comunidades vizinhas, ribeirinhas e indígenas, para o comércio de peixe, frutas e hortaliças cultivados, o que tem revelado um estável circuito de trocas e comércio entre parentes mais distantes. Há pouco mais de dez anos, essa rede passou a incluir a remessa e circulação de dinheiro, farinha e banana, dentre outros bens e produtos, para complementar a subsistência dos jovens que deixaram a comunidade e a roça para estudar nas cidades de Tabatinga e Benjamin Constant, onde foram instalados centros de ensino superior público no início dos anos 2000.

Mensalmente, Maria e seu esposo também deixam a comunidade para ir a Tabatinga receber o benefício do Programa Bolsa Família. Nos últimos dias do mês, a movimentação nessa cidade é intensa. Uma a uma, as canoas aproximam-se da “beira” do Rio Solimões, onde centenas de famílias atracam os barcos que lhes servem também de hospedaria. Essas pessoas ocupam as margens da cidade, as filas de agências bancárias e lotéricas, estabelecimentos comerciais e bares. A chegada das centenas de famílias indígenas e ribeirinhas para o saque do benefício do Programa Bolsa Família transforma significativamente a rotina das cidades que sediam os estabelecimentos bancários, como acontece em Tabatinga, e em outras cidades da região que desempenham o mesmo papel, como São Paulo de Olivença, situada na calha do mesmo rio, algumas horas de viagem “rio abaixo”.

À “beira” do rio Solimões, em suas canoas, nos comércios, nos bares, nas filas dos bancos e das loterias observamos dezenas de famílias aglomeradas. Não apenas mulheres, seus maridos, filhos e/ou netos circulam pela cidade por esses dias. Nas filas para o saque nota-se também a presença de pessoas com dezenas de cartões do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada – uma espécie de aposentadoria paga a pessoas idosas sem contribuição previdenciária. Sabe-se na região que algumas dessas pessoas são lideranças comunitárias que intermediam o saque para poupar o penoso e oneroso deslocamento fluvial até as cidades maiores.

Esse mesmo intuito afirmam ter alguns comerciantes locais, proprietários de supermercados que retêm cartões do benefício. Na mesma calha de rio, mais umas dezenas de quilômetros *rio abaixo*, na cidade de Fonte Boa, era possível observar, numa tarde de fevereiro passado, a proprietária de um desses estabelecimentos, importante empresária local, sentada atrás de uma mesa de escritório, atendendo uma a uma as centenas de pessoas enfileiradas ao sol do meio dia, para consultar o saldo disponível nos cartões deixados naquele estabelecimento. Após a consulta de saldo e a quitação de compras passadas, um pequeno saldo em moeda era devolvido e uma nova conta de compras “a fiado” era realizada. Indagada sobre o que acontecia naquele “comércio”, a funcionária de uma empreiteira, residente na mesma cidade, comentava: “Ali se vende o veneno e o remédio”, justificando assim o sistema de “fiado” e endividamento praticado.

Nesses “comércios” vendem-se os gêneros mais diversos – de refrigerantes e roupas, a motores de barco. Ali, as famílias retornam mensalmente para fazer compras, submetidas a um sistema de endividamento e cobrança muito semelhante ao antigo “regime de barracão” que mantinha endividados os seringueiros amazônicos em outros períodos da história regional. O “esquema” de retenção de cartões eletrônicos foi retratado em uma famosa reportagem – “Favela Amazônia: um novo retrato da floresta” – publicada no jornal *O Estadão* em julho de 2015. A “máfia do Bolsa Família”, como ficou conhecida, foi alvo de investigações pela Polícia Federal em outubro do mesmo ano. Naquela época, noticiários locais e nacionais informaram o indiciamento de várias pessoas na cidade de Atalaia do Norte.

Terezinha, filha de seringueiros, já ultrapassou os setenta anos de idade e nasceu na cidade de São Paulo de Olivença. Hoje, “aposentada”, recebe mensalmente o Benefício de Prestação Continuada. Ao deixar a “colocação” no seringal herdada do pai, dedicou-se ao pescado e, associada à colônia de pescadores de sua cidade, participa de um programa de manejo e beneficiamento do pirarucu, uma espécie nativa de peixe explorada há mais de um século naquela área. A lida no seringal e na pesca não são as suas únicas atividades. Nos últimos anos, lidera um grupo de mulheres indígenas que reivindica reconhecimento étnico.

Quando nos encontramos, em 2015, Terezinha participava de uma reunião promovida pela Secretaria de Estado de Assistência Social para orientar sobre o uso correto dos recursos recebidos pelo Programa Bolsa Família e Seguro Defeso. Numa manhã de

quinta-feira, em maio daquele mesmo ano, centenas de “beneficiárias”, sentadas nas arquibancadas de cimento de uma quadra de esportes mal ventilada, esforçavam-se para escutar, entre abanos de papel, cochichos e choro de crianças, as orientações do presidente da colônia de pescadores, do gerente local da Caixa Econômica Federal e de duas assistentes sociais do Governo do Estado do Amazonas que lhes explicavam como proceder “corretamente” para a obter, retirar e utilizar o dinheiro do benefício.

Uma das assistentes sociais, em sua preleção, mencionou uma reportagem televisiva de 2013 em que Francisca, mulher nordestina beneficiada pelo Bolsa Família, se queixava do baixo poder aquisitivo do benefício, com o qual não podia sequer comprar uma calça *jeans* para sua filha, o que custava R\$ 300. A menção ao vídeo ilustrou os esclarecimentos sobre o uso indevido do benefício do Programa Bolsa Família: “O dinheiro do bolsa é para famílias que estão abaixo da linha de pobreza”, explicava a assistente social demonstrando em cifras de reais os limites da “linha de pobreza”. “Esse dinheiro não pode ser usado para comprar calça jeans ou moto, aliás, quem é pobre não pode comprar uma moto, e se pode comprar moto e pagar o imposto, não precisa do benefício”.

Dias depois, enquanto tomávamos café com “patacones” na casa de sua filha mais velha, Terezinha contou-me orgulhosa que nunca precisou de “ajuda de governo” para alimentar-se ou aos seus filhos e netos. Da roça que mantém até hoje “com as próprias mãos” retira a farinha, o açaí e a banana que envia aos netos que partiram para “fazer faculdade” na cidade vizinha. O dinheiro que recebe pelo BPC é somado ao de sua filha – “beneficiária” do Bolsa Família – e enviado para manter o aluguel e o transporte dos netos em Benjamin Constant.

Nessa cidade, em 2006, foi instalado um campus da Universidade Federal do Amazonas – parte de uma política federal de interiorização do ensino superior – onde os netos cursavam as faculdades de Antropologia, Pedagogia e Letras. Ali, não existe transporte coletivo municipal nem subsídio estudantil para esse tipo de despesa. O principal meio de transporte disponível aos moradores da cidade é o serviço de “moto táxi” cuja passagem custava três reais naquela época. Juntos, os três netos de Terezinha gastariam mensalmente o valor de R\$ 360,00 para assistir às aulas caso não pudessem fazer o percurso caminhando. Foi por esse motivo que a família reuniu as economias para comprar uma moto *urbana*.

*Urbana* é um modelo de motocicleta adquirido em balsas de comerciantes peruanos atracadas às margens do Rio Solimões, no “lado” peruano, vizinhas à Benjamin Constant. Grande parte das motocicletas que circulam na cidade são adquiridas nessas balsas e a baixo custo. Em 2011, custavam algo em torno de seiscentos reais e seu combustível, a gasolina, era comercializado a quatro ou cinco reais em garrafas plásticas de Coca-Cola em casas peruanas espalhadas pela cidade. As motocicletas trazidas “ao Brasil” e o combustível vendido na cidade são considerados pelo *Estado* brasileiro como “contrabando” e, por esse motivo, são “apreendidos” em operações da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, rotineiras naquela cidade. Apesar do “controle alfandegário” estabelecido pela repressão policial, a assistente social do governo ignorava, dentre outros fatos, que naquelas cidades não existe cobrança de imposto para circulação de motocicletas, pois não há órgão municipal de fiscalização de trânsito.

A corriqueira apreensão de motocicletas e combustível guarda, hoje, relação com o incremento do comércio local proporcionado pelo acréscimo monetário da renda condicionada e de outros benefícios assistenciais e previdenciários, e também com o hercúleo e persistente trabalho de controle da circulação de bens e de pessoas em uma “região” transfronteiriça onde até mesmo a dinâmica ecológica subverte os limites das fronteiras nacionais, extinguindo-as, aproximando-as ou alargando-as segundo as determinações do regime das águas e das terras caídas<sup>3</sup> do grande rio Amazonas.

### **Colcha de retalhos**

Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Fonte Boa e Atalaia do Norte são cidades localizadas na calha do Rio Solimões. Com as cidades de Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins e Jutai compõem a denominada *mesorregião amazônica do Alto Solimões* criada pelo Ministério da Integração Nacional em 2007 no âmbito da Política Nacional de Ordenamento Territorial, implementada pelo governo federal brasileiro, a partir de 2003. Essa política pretendia instituir uma “nova racionalidade” de gestão das ações do estado brasileiro, conjugando “ordenamento territorial” e

---

<sup>3</sup> Processo natural de erosão, comum nas margens do Rio Solimões e de outros afluentes do Rio Amazonas durante o período de seca dos rios. Consiste em “desbarrancamento” ou “desprendimento das margens dos rios” com desmoramento de solo para dentro do leito”.

“desenvolvimento regional”. Desse modo, a mesorregião do Alto Solimões configurou-se, na última década, uma importante referência para as políticas públicas desenvolvidas na região deste estudo, dentre as quais o Programa Territórios da Cidadania que consistia em uma “estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais” destinada a “famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais” (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008).

A principal e maior cidade dessa região, Tabatinga, teve origem em um povoado surgido do forte militar São Francisco Xavier de Tabatinga, fundado no século XVIII. A fortaleza foi instalada na segunda metade do século XVIII com um destacamento militar para guardar as fronteiras entre Portugal e Espanha e dirimir as disputas territoriais entre os reinos na América (Sampaio, 2009). No entanto, até fins do século XIX, o território de Tabatinga pertencia à cidade de São Paulo de Olivença<sup>4</sup>. Em 1898 foi integrado ao município de Benjamin Constant que setenta anos depois, no governo militar do General Costa e Silva, foi classificado como "área de interesse da Segurança Nacional" (Lei nº. 5.449/1968). Em 1983, pela Emenda Constitucional do Amazonas nº. 12/1981, finalmente tornou-se um município autônomo.

Situadas na zona de influência da *tríplice fronteira amazônica* de Brasil, Peru e Colômbia – formada pela confluência das cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) – as cidades da mesorregião do Alto Solimões integram, também, o *Arco Norte da Faixa de Fronteira* estabelecido pelo Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF, 2009)<sup>5</sup>. De acordo com o PDFF, o *Arco Norte* abrange os estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre constituindo um “arco indígena” do ponto de vista do território e da identidade

---

<sup>4</sup> Em períodos anteriores, a cidade de São Paulo de Olivença foi uma prefeitura apostólica administrada por congregações de missionários católicos. A Igreja Católica desempenhou importante papel no controle territorial da Amazônia. Muitas localidades, hoje convertidas em municípios, surgiram de missões religiosas. “Muitos desses núcleos se transformaram em sede administrativa, inicialmente da comarca e, posteriormente, do município. Em 1910, algumas sedes municipais passaram ao status da divisão territorial eclesiástica como Prefeituras Apostólicas, tais como São Gabriel da Cachoeira, Tefé e São Paulo de Olivença, os principais núcleos urbanos do rio Negro e do Solimões. Promove a Igreja, além da ação de catequese, assistência social e profissional, a realização de seminários e a fundação de unidades escolares. Através dessas atividades, dinamiza as relações, atuando como agente propulsor e dinamizador da vida comunitária, regulando o intercâmbio social e o modo urbano” (Menezes, 2002, pg. 205).

<sup>5</sup> A extensão da *faixa de fronteira* do território brasileiro corresponde a “150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira”, conforme a lei nº. 6634 de 1979

territorial, pela numerosa presença de terras indígenas e pela importância étnico-cultural mesmo fora das áreas de reserva. (PDF, 2009, p. 34)

Impõe-se sobre a tríplice fronteira – e, por extensão, sobre toda a mesorregião do Alto Solimões – o estigma de “terra sem lei”, “abandonada pelo Estado” e “dominada pelo tráfico internacional de drogas”. Essas descrições, muito difundidas em documentos públicos, reportagens e até mesmo em artigos científicos, são frequentemente mobilizadas como justificativas para políticas de ocupação e integração, capitaneadas, sobretudo, mas não exclusivamente, pela Defesa Nacional e Segurança Pública. Com efeito, batalhões das Forças Armadas e da Polícia Militar, e equipes das Polícia Federal e Polícia Civil mantêm na região, permanentemente, centenas de agentes públicos, em sua maioria homens. Ao mesmo tempo, equipes da ESEFRON (Estratégia Estadual de Segurança Pública Integrada para a Região de Fronteira e Divisas do Amazonas coordenada pela Polícia Militar do Amazonas), da Operação Sentinela (conduzida pela Polícia Federal), da Força Nacional de Segurança Pública (organizada pelo Ministério da Justiça) e da Operação Ágata (promovida pelo Ministério da Defesa) desenvolvem “campanhas” e “operações” de “combate ao crime”, “vigilância da fronteira” e “proteção social”.

Assim, formulações cristalizadas sobre o “incipiente desenvolvimento regional”, a “baixa densidade institucional do Estado” e a constante “ameaça do inimigo estrangeiro” – hoje personificado na figura do “narcotráfico internacional” – orientam decisivamente as políticas de integração nacional, de defesa nacional e de segurança pública ali implementadas, mas também as de proteção social. Em meio às perseverantes imagens de “ausência do Estado” e de “terra sem lei”, ao observar a implementação da Política Nacional de Assistência Social, iniciada em 2004, e também conjugada ao Programa Territórios da Cidadania<sup>6</sup>, pude acompanhar a emergência de saberes pautados nas ideias de “vulnerabilidade social” e “populações vulneráveis”, assim como o surgimento de outras institucionalidades (leis, projetos, equipamentos, cargos, práticas, procedimentos) que me tem permitido

---

<sup>6</sup> O Programa Territórios da Cidadania (2008) estabelecia sua área de atuação em regiões que possuísem “menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; e pelo menos um território por estado da federação” (Brasil, 2008, p. 02).

deslocamentos empíricos e a construção de outros caminhos de pesquisa no campo das políticas de Estado, na fronteira, desde a perspectiva analítica do gênero.

Com efeito, na última década, além das políticas e territórios forjados pela Defesa Nacional e Segurança Pública, surgiram novos territórios e territorialidades associados a políticas públicas de “desenvolvimento regional” e, especialmente, de “proteção social”, como o Programa Bolsa Família (PBF). Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (criado em 2004 e fundido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016), o Programa Bolsa Família, uma política pública de transferência condicionada de renda que “beneficia” cerca de 20 mil famílias nas sedes dos municípios e nas mais distantes comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas de toda a região. Foi implementado há doze anos no Brasil e consiste em política de proteção social e combate à pobreza, destinado a famílias em “situação de pobreza”, similar a outros programas desenvolvidos na maioria dos países latino-americanos e caribenhos no século XX, como o programa *Oportunidad* no México e o *Familias em Acción* na Colômbia (OIT, 2014).

Os CRAS e CREAS (centros de referência da assistência social) são unidades públicas estatais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que seguem a mesma lógica de ordenamento territorial e são instalados em regiões de “vulnerabilidade social” para a promoção de serviços de proteção social básica e especializada concebidas como “garantia de direitos”, o que envolve ações que abrangem o desempenho escolar de crianças, a saúde básica preventiva de crianças e idosos (como vacinação ou controle de diabetes e pressão arterial) e a prevenção a violências (especialmente doméstica e sexual). Em todas as cidades do Alto Solimões, existem centros de referência, secretarias e conselhos municipais de assistência, órgãos, serviços e colegiados ligados à execução do Programa Bolsa Família e outros benefícios assistenciais e previdenciários.

Na história da *presença-ausência* da gestão pública brasileira naquela região, a densidade institucional do Programa Bolsa Família chama a atenção pela demonstração de efetividade na formação de conselhos paritários e instalação de centros de referência, para citar alguns exemplos. Pelo *Bolsa*, a feição da institucionalidade pública na *Amazônia*, antes evidente quase que exclusivamente pelos quartéis, delegacias e cartórios ocupados por militares, policiais e juízes, divide

espaços hoje ocupados por assistentes sociais, psicólogas e educadores, majoritariamente do sexo feminino.

A política tem como foco a *família* e a *proteção social*, e como destinatário prioritário as mulheres. Isso significa que o pagamento do benefício é nominal às mulheres, o que pretendia, nos termos da política, subverter a concepção de chefia familiar centrada no homem, promovendo a “autonomia” e o “empoderamento” feminino. As condicionantes do programa englobam políticas intersetoriais de educação, saúde pública, saúde sexual e reprodutiva, habitação, segurança alimentar, dentre outras. Desse modo, ao sistema de proteção social vinculam-se ações e programas do sistema único de saúde. Nesse campo de intersecção é emblemático como concepções de gênero e território se articulam e se enredam ao modo como a política se configura nas cidades da *tríplice fronteira* atuando como importante agente de fronteirização.

A etnografia produzida por Campos (2012) evidenciou a existência de um esquema acusatório que recusa sistematicamente parturientes “peruanas” que chegam aos hospitais brasileiros da fronteira para dar à luz. O fato, via de regra, é classificado por agentes da saúde pública brasileira como “malandragem” ou “oportunismo” das mulheres “peruanas” para obter o registro de seus filhos no Brasil e, desse modo, o benefício do Bolsa Família. Com efeito, é recorrente o procedimento oficioso praticado por enfermeiras e assistentes sociais nas unidades de saúde e hospitais-maternidades que exige das mulheres “estrangeiras” uma série de documentos (como comprovantes de visto e residência no país) e restringe o seu acesso a outros (como o cartão da gestante). Assim, o governo da fronteira garante que os recursos brasileiros não sejam apropriados levemente por “estrangeiras” que “cruzam” a fronteira e invadam o território brasileiro para obter esse e outros benefícios.

Detendo-me apenas aos dados etnográficos de Campos e se, aos territórios arbitrários e rígidos do Estado-Nação *na* fronteira sobrepomos as mobilidades acessadas pela trajetória de Maria, notamos o quão complexo é estabelecer limites entre Brasil e Peru, entre brasileiros e peruanos. Vemos também como a nação e o gênero são operacionalizados nas políticas públicas, fixando limites, territórios e pessoas. Com efeito, as políticas produzem territórios e, ao mesmo tempo, constituem sujeitos de direito enraizados em determinadas área geográficas e convertidas, também, em territórios vulneráveis e/ou perigosos.

Ocorre que, como demonstram as histórias de Maria e Terezinha, nem os sujeitos se fixam na rigidez e arbitrariedade dos espaços jurídico-estatais nem se reconhecem exclusivamente segundo os critérios identitários fixados pelas mesmas políticas. Afinal, o que define Maria: o tempo de residência no Brasil, o documento forjado por agentes do estado brasileiro ou o nascimento no Peru? O que define Terezinha? O pertencimento étnico reivindicado ou a lida no seringal e a colocação herdada do pai? Seringueira, indígena, pescadora ou agricultora?

### **Por uma etnografia do governo feminino**

A expectativa e a atração produzida pelos benefícios; o agenciamento “oportunista” da maternidade pelas “estrangeiras”; o uso do benefício para fins distintos daqueles preconizados pela política; enfim, uma série de imagens que manifestam as moralidades mobilizadas sobre o perfil de beneficiárias e dos usos “corretos” do benefício, mas, principalmente, materializam formas de governo e controle da fronteira.

Nas descrições anteriores almejei elucidar uma série mecanismos que atuam no controle da circulação de pessoas numa região de fronteira onde, por exemplo, a polícia federal não atua rigorosamente no controle da “imigração”. Nesse sentido, o caso das parturientes peruanas é emblemático porque demonstra como, durante o pré-natal, a diligência documental e o controle migratório se impõem. Aí temos uma forma de vigilância, uma outra dimensão de controle, atualizada pelo controle das famílias exercido pelos agentes de proteção social e saúde pública, especialmente com crianças e adolescentes, mulheres adultas e pessoas idosas.

Outro aspecto que chama a atenção é a atuação desses agentes na prevenção à violência, principal tarefa de CRAS e CREAS para manutenção dos “vínculos familiares. O rol de conteúdos e ações desenvolvidas naquilo que a política define como “fortalecimento dos vínculos familiares”, em todas as cidades pesquisadas, consiste quase exclusivamente na promoção de palestras para prevenção às violências contra crianças e adolescentes, mulheres e pessoas idosas. E isso pode ajudar a compreender, pelos dados etnográficos que tenho, o grande recurso das pessoas mais velhas à polícia para reportar a perda de documentos, furtos ou a

violência sofrida por mulheres mais velhas e cometidas por membros da família, especialmente homens mais jovens, filhos ou netos.

Ademais desses aspectos, uma das novidades provocadas por esse deslocamento de ponto de vista é a visibilização das mulheres na institucionalidade pública, isto é, como agentes de Estado e também de fronteirização. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pelo PNAS, tem possibilitado às tecnologias de gestão das populações e de territórios um acesso capilar à vida social e – de modo mais ramificado – a outras institucionalidades e práticas que atuam no “governo da fronteira”, no controle desses territórios e populações.

A implementação do SUAS implicou na produção de uma nova forma de Estado e de existências dos indivíduos diante desse Estado, por meio de instrumentos criados pela PNAS como o cadastro único do Programa Bolsa Família e os centros de referência da assistência social. Do ponto de vista da relação entre agências de Estado, controle de territórios e populações naquela parte da Amazônia, a capilaridade desse Sistema permite pensar o Estado na fronteira a partir de outras redes que não exclusivamente aquelas próprias à polícia e às Forças Armadas, reconhecendo o “Estado” em outras formas e em outros corpos.

Isso permite pensar outras camadas e outras relações e presenças de Estado “nas margens” (Das & Poole, 2004) e, uma vez mais, criticar e desconstruir - em outra chave - o mito do Estado ausente (Serje, 2005) na Amazônia. Por essa via, acredito ser possível acessar uma outra feição de Estado ou uma configuração de Estado não mais masculinizada e militarizada. Se, desde as agências de segurança pública e defesa nacional acessamos uma feição estatal militar, masculina e espetacularizada; aqui encontramos uma feição civil, ordinária e feminilizada, protagonizada por mulheres, em sua maioria, assistentes sociais e psicólogas.

O que a etnografia desse Estado feminilizado permite ver? No momento atual da pesquisa, permite ver como elementos de controle, policiamento e gestão são atualizados ou inventados, ou provocam efeitos inesperados naquele contexto estudado. Mais ainda, como diferentes territórios e instituições de Estado atuam de modo compósito e tensionado, em formas *generificadas* de controle e governo da fronteira. Isso me parece rentável porque pode me ajudar a pensar e construir, por exemplo, um lugar de análise dessas políticas, implementadas nos últimos dez anos,

que escape da discussão da “autonomia”, “empoderamento” e “superação da pobreza”; que permita uma crítica à persistência desses padrões de segurança e policiamento mesmo que em instituições feminilizadas, civis e de proteção social; e que, desse modo, permitam também uma crítica às noções de “vulnerabilidade” e de “cidadania” que parecem nesse contexto reiterar a velha relação causal entre “pobreza” e “violência”, numa dimensão que não aquela do “grande crime” e da “ausência do Estado”.

O que a atuação da proteção social na região sugere, é que esse trabalho tem logrado sucesso no sentido de induzir fluxos e controlar indivíduos. Na medida em que o cadastro único da assistência social alcança “famílias” de agricultores e ribeirinhos, “famílias” indígenas e “estrangeiras” com circulação nacional, esta ferramenta configura-se como uma importante ferramenta censitária de controle da circulação de populações nos territórios.

Somado a isso, temos uma condição central da política que é a maternidade, associada ao “eixo estruturante” da política de assistência que é a “matricialidade da família”. Aqui é necessário acrescentar as políticas de saúde pública que dão suporte às “condicionalidades” do Programa Bolsa Família, atuando no controle da maternidade pelos programas de saúde materno-infantil direcionados às beneficiadas pelo Bolsa Família, mas também à outras mulheres que recorrem ao Sistema de Saúde – o que me conduziria a uma outra rede de políticas e relações. Assim, a proteção social, entendida aqui como dispositivo, me permitiria uma análise mais abrangente das políticas públicas implementadas na “Amazônia” nos últimos 15 anos e, ao mesmo tempo, acessar uma outra feição do Estado desde a perspectiva do gênero e da fronteira, como categorias êmicas e analíticas.

## **Referências**

ALBUQUERQUE, J. L. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 137-166, 2009.

ALBUQUERQUE, J. L.; PAIVA, L. F. S. Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). Revista Ambivalências, Sergipe, v. 3, n. 5, p. 115-148, 2015.

BARTH, Fredrik, "Os grupos étnicos e suas fronteiras" (1976), In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, (Trad. Bras. John Cunha Comeford. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000).

BOURDIEU, Pierre. 2005. Esboço de autoanálise. São Paulo, Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 62-63, juin 1986. L'illusion biographique. pp. 69-72.

BROWN, Wendy. Finding the men in the state. In: SHARMA, Aradhana & GUPTA, Akhil. *The Anthropology of the State – a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2010, pp. 187-210.

CAMPOS, Ana Maria. Dilemas da maternidade: assistência a grávidas na rede municipal de saúde de Benjamin Constant/AM. Trabalho de conclusão de curso em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Natureza e Cultura. Benjamin Constant: UFAM/INC, 2012.

CUNHA, F. M.; OLIVAR, J. M. N.; ROSA, P. C. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da "migração peruana na Amazônia brasileira". Revista TOMO, Sergipe, n. 26, jan./ jun. 2015.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

GODOI, Emilia P. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. Revista Raízes, v.34, n.2, jul-dez /2014.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Multi/transterritorialidade e "contornamento": do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. In: FRAGA, Nilson. *Territórios e fronteiras: (re) arranjos e perspectivas*. Florianópolis: Editora Insular, 2011: 15-32.

HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London; New York: Verso, 2006.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2001.

- LEFEBVRE, H. 1986(1974). *La Production de l'Espace*. Paris : Anthropos.
- MENEZES, Maria Lúcia Pires. *Gestão territorial e geográfica dos vales do Amazonas*. In: Lima, Antonio Carlos de Souza. (org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, pp. 199-228.
- MOTTA, J. M. A. *Comercio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga*. In: ZÁRATE BOTÍA, C. G. (Org.). *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI), 2012.
- OLIVAR, José Miguel. *Mercados do sexo em territórios transfronteiriços: gênero e circulações na fronteira Brasil-Colômbia*. Relatório final de pesquisa. Bolsa de Pós-Doutorado FAPESP, processo 2010/50077-1. Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU / Unicamp. Campinas: PAGU/FAPESP, 2013.
- OLIVEIRA, Márcia Maria de. *A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia*. *Estud. av.* [online]. 2006, vol.20, n.57 [cited 2016-04-14], pp.183-196. ISSN 1806-9592.
- PAIVA, L. F. S. *Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica*. *Revista TOMO, Sergipe*, n. 27, jul./dez. 2015.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SERJE, Margarita. *El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2005.
- SCHILLER, Nina Glick; SALAZAR, Noel. *Regimes of Mobility Across the Globe*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 39, No. 2, 2012: 183-200.
- ZÁRATE BOTÍA, C. G. *Silvícolas, sirigueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI), 2008.